

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO
DE 18.000 DEBÊNTURES SIMPLES DA TERCEIRA EMISSÃO DA
CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

Pelo presente instrumento particular, (a) CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 25, inscrita no C.G.C. sob nº 60.933.603/0001-78, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, doravante designada simplesmente "EMISSORA"; (b) ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no C.G.C. sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados; (c) COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas - Mogi Mirim, Km 2,5, nº 1.755, Jardim Santana, inscrita no C.G.C. sob nº 33.050.196/0001-88, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, (b) e (c), na qualidade de Anuentes e Intervenientes, doravante designadas em conjunto simplesmente "ANUENTES"; e (d) APORTE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade brasileira por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, nº 47, 3º andar, inscrita no C.G.C. sob nº 62.090.873/0001-90, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, nomeada nesta Escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas perante a EMISSORA, doravante designada simplesmente "AGENTE FIDUCIÁRIO", vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de 18.000 Debêntures Simples da EMISSORA, doravante designada simplesmente "ESCRITURA", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I. - DA AUTORIZAÇÃO

A presente ESCRITURA é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 20.09.1995.

Ana Maria de Freitas
Advogada
OAB/SP 78.618

William F. Cavaleiro Zagatto
Assessor da Presidência

3. - Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:

Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures com valor nominal unitário, na DATA DE EMISSÃO, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4. - Séries:

A emissão será dividida em três séries, sendo a primeira série de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures, e a segunda e a terceira séries de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures cada.

5. - Prazo e Data de Vencimento:

Os prazos e datas de vencimento das três séries de debêntures obedecerão o seguinte cronograma:

Série	Vencimento	Prazo (meses)
1ª	01.03.1997	18
2ª	01.09.1997	24
3ª	01.03.1998	30

6. - Tipo, Forma e Negociação:

As debêntures, do tipo simples, não conversíveis em ações da EMISSORA, serão nominativas escriturais, com registro para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, sob administração da ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalização da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

7. - Espécie:

As debêntures serão da espécie subordinada.

Ana Maria G. de Freitas
ADVOGADA - ESCRITÓRIO
OAB/RJ 13.618

Assessoria da Presidência

8. - Direito de Preferência:

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da EMISSORA.

9. - Formas de Subscrição e Pagamento:

As debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, ou mediante a utilização de Certificado a Termo de Energia - CTE, da 1ª Emissão, ocorrida em 02.09.1993, calculando-se o valor do CTE, na data de subscrição das debêntures, de acordo com o disposto no Contrato Mercantil de Compra e Venda a Termo de Energia Elétrica 001, datado de 26.08.1993, registrado no 7º Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Capital sob o nº 164.553, cuja cópia constitui parte integrante desta ESCRITURA, para todos os fins de direito.

10. - Remuneração:

10.1. - As debêntures pagarão juros exponenciais de 12% (doze por cento) ao ano (base 360 dias), incidentes, a contar da DATA DE EMISSÃO, sobre o valor nominal das debêntures, e também um prêmio, cujo "período de incidência" e condições serão definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

10.2. - Entende-se por "período de incidência de prêmio" o espaço de tempo durante o qual o prêmio permanece inalterado.

10.3. - Os juros remuneratórios e o prêmio serão pagos, pela EMISSORA, aos debenturistas, sempre no último dia de cada "período de incidência de prêmio" em que houver expediente bancário.

10.4. - A apuração do montante das obrigações a serem liquidadas pela EMISSORA em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não tiver ocorrido no primeiro dia do mês, será efetuada mediante a aplicação **pro-rata temporis** (base 360 dias) da taxa de remuneração, se houver.

10.5. - Para o primeiro "período de incidência de prêmio", compreendido entre 01.09.1995 e 01.04.1996, fica, desde logo, definido que as debêntures farão jus ao recebimento

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA - OAB/SP 73.613

Wladimir C. Cuevas O. Zapata
Assessor de Presidência

de um prêmio, incidente a partir da DATA DE EMISSÃO, computado **pro-rata temporis** (base 360 dias), prêmio esse que será equivalente, em moeda corrente nacional, à diferença positiva, se houver, entre o valor nominal das debêntures, acrescido de juros, e o maior dos seguintes valores, conforme os parâmetros abaixo:

Primeiro Parâmetro: valor de emissão, corrigido pela variação da tarifa de fornecimento, classe B-3, de 1 (hum) megawatt/hora, aplicável à EMISSORA, de acordo com o disposto na Portaria publicada pelo DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, em vigor na data do efetivo pagamento do prêmio. O valor deste Primeiro Parâmetro será obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VPP = VDE \times \frac{(B3 \text{ resgate})}{(B3 \text{ emissão})}$$

onde:

VPP = valor do Primeiro Parâmetro.

VDE = valor da debênture na DATA DE EMISSÃO.

B3 resgate = valor da tarifa B-3 na data de efetivo pagamento do prêmio.

B3 emissão = valor da tarifa B-3 na DATA DE EMISSÃO.

Para os fins deste Primeiro Parâmetro, entende-se a tarifa classe B-3 como sendo a tarifa de consumo para fornecimento de energia elétrica, em baixa tensão, aplicável à EMISSORA, de acordo com o disposto em Portaria expedida pelo DNAEE, tarifa essa que se refere a todas as classes de consumidores, exceto residenciais, rurais e de iluminação pública. Caso a classificação caracterizadora da tarifa classe B-3 seja por qualquer razão extinta, substituída ou alterada, passará a valer, para fins de cálculo deste Primeiro Parâmetro, a tarifa reconhecida pelo poder concedente que preencher, da maneira mais aproximada, os qualificativos atendidos pela atual tarifa classe B-3.

Segundo Parâmetro: valor de emissão, acrescido da Taxa ANBID (mais negociada) e de um spread de 2% (dois por cento) ao ano. O valor deste Segundo Parâmetro

Ana Maria de Almeida Freitas

ADVOGADA - OAB
6237/2012-3

Assessoria de Presidência

será obtido mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$VSP = VDE \times \left[\prod_{i=1}^n \left(1 + \frac{T_{ji}}{100} \right) \right] \times \left[1 + \frac{S}{100} \right]^{\frac{di}{360}} \times Ci$$

onde:

n = número de sub-períodos de incidência da Taxa ANBID.

VSP = valor do Segundo Parâmetro.

VDE = valor da debênture na DATA DA EMISSÃO.

S = "spread" de 2,00% (dois por cento) ao ano.

Ci = indexador, definido pela seguinte fórmula:

$$Ci = \left(1 + \frac{CMi}{100} \right)^{\frac{di}{360}}$$

onde:

CMi = atualização monetária idêntica à variação do indexador que vier a compor a Taxa ANBID mais negociada, verificado no(s) correspondente(s) "sub-período(s) de incidência de taxa pós-fixada". Para os períodos de taxas pré-fixadas, $CMi=0$.

T_{ji} = taxa de juros do iésimo "sub-período de incidência", sendo que T_{ji} será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_{ji} = \left[\left(1 + \frac{T_{ai}}{100} \right)^{\frac{di}{360}} - 1 \right] \times 100$$

onde:

di = número de dias corridos no período compreendido entre a DATA DE EMISSÃO e a data do efetivo pagamento do prêmio.

Tai = taxa de juros, pós-fixada ou pré-fixada, expressa em percentagem para o período de 360 dias, referente ao iésimo "sub-período de incidência de taxa de juros". Utilizada para remunerar depósitos a prazo, praticada no mercado financeiro. Essa taxa será obtida pela média aritmética das taxas praticadas em 3 (três) dias (a1, a2, a3), ou seja, nos dois primeiros dias úteis do período em curso e no último dia útil imediatamente anterior ao início do referido período, as quais serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, devendo a taxa ser obtida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto à ANBID.

Caso uma das três taxas não seja divulgada no referido período, serão consideradas, para o efeito do cálculo, as taxas existentes e divulgadas pela ANBID para os dois dias divulgados. Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos 3 (três) ou 2 (dois) dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré-fixados, para lotes de valor equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), acrescidos da TR-Taxa Referencial, a partir da DATA DE EMISSÃO, obtidas conforme amostragem acima, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto às seguintes instituições: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., Citibank N.A., Banco de Investimentos Garantia S.A. e Banco Multiplic S.A. Se durante o período de 3 (três) dias supra citado houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos certificados de depósito a prazo, isto é, pré ou pós-fixada, adotar-se-á preferencialmente aquela mais negociada no dia útil de início do "sub-período de incidência da taxa de juros" em segunda opção à taxa do dia imediatamente anterior. Dessa forma, nos casos de taxas pré-fixadas, Tai = a taxa pré-fixada. Já nos casos de taxas pós-fixadas,

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA - SBC
OAB/SP 73.818

MINISTRO F. CUEVAS - Legat.
Embaixada da Presidência

Tai = taxa pós-fixada. No caso de a amostragem utilizada ser de taxas pré-fixadas, para o cálculo da média será adotada a seguinte fórmula:

$$Tai = \left[\frac{(Ta1+Ta2+Ta3)}{3}^{du} - 1 \right] \times 100$$

sendo que o cálculo do Ta1, Ta2 e Ta3 deverá ser feito a partir da fórmula abaixo:

$$Taj = \left[\frac{(1+Taj)^{\frac{dt}{360}}}{100} \right]^{\frac{1}{dut}}$$

onde:

dt = número de dias idêntico ao dos depósitos a prazo que apresentarem o maior volume de captação no dia da amostragem.

dut = número de dias úteis contidos em dt.

du = número de dias úteis do iésimo "sub-período de incidência de taxa de juros".

Caso a subscrição ocorra em data diferente do primeiro dia útil do mês, para os cálculos acima citados, será utilizada a taxa ANBID apurada no início do mês em que tiver ocorrido a subscrição, conforme definição do termo Tai, pró-rateado exponencialmente por dias decorridos.

Caso a taxa ANBID não possa mais ser utilizada na remuneração de debêntures, por expressa vedação legal ou por decisão judicial, será utilizada, em seu lugar, a taxa que vier a substituí-la, acrescida de um "spread" de 2% (dois por cento) ao ano, ou, na ausência desta, deverá o Conselho de Administração da EMISSORA estabelecer os critérios para o cálculo deste Segundo Parâmetro, hipótese em que será obedecido, na íntegra e no que couber, o mesmo procedimento previsto nos itens 11.1 a 11.7 abaixo - Repactuação, ficando desde já assegurado, ao(s) debenturista(s) que não concordar(em) com os critérios propostos pelo

Ana Maria de Fátima
ADVOGADA G100
OAB/SP 72.919

Miriam
Secretaria de Presidência

12.11.14

Conselho de Administração da EMISSORA, (i) a apresentação de sua(s) debênture(s) à EMISSORA, para resgate; e/ou (ii) a adoção do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme previsto nos itens 23.1 a 23.11 abaixo.

11. - Repactuação:

11.1. - O Conselho de Administração da EMISSORA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do encerramento de cada "período de incidência de prêmio", deverá deliberar o prazo do próximo "período de incidência de prêmio" e as condições de remuneração que passarão a vigorar durante o próximo "período de incidência de prêmio".

11.2. - Nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à reunião do Conselho de Administração da EMISSORA que tiver deliberado sobre as novas condições, conforme mencionado no item 11.1 supra, a EMISSORA deverá informar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO e aos debenturistas, na forma prevista no item 21 abaixo - Publicações, e também através da CETIP, o conteúdo integral da deliberação tomada pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

11.3. - Feita a publicação referida no item 11.2 supra, terão os debenturistas, a seu exclusivo critério, o direito de aceitar, ou não, as condições de repactuação propostas pela EMISSORA.

11.4. - O debenturista que não concordar com os termos da repactuação formulada pela EMISSORA deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação referida no item 11.2 supra, apresentar sua(s) debênture(s), à EMISSORA, para resgate, de acordo com as instruções de procedimento que necessariamente também deverão ser indicadas, pela EMISSORA, na publicação de que trata o item 11.2, hipótese em que o debenturista também poderá optar, a seu exclusivo critério, pela adoção do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme previsto nos itens 23.1 a 23.11 abaixo.

11.5. - A EMISSORA obriga-se, desde já, a efetuar o resgate de todas as debêntures que porventura lhe forem apresentadas para resgate nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à publicação referida no item 11.2 supra, mediante o pagamento, em dinheiro, ao(s) debenturista(s), no último dia útil do "período de incidência de prêmio" em curso, do valor nominal da debênture, acrescido de juros e de prêmio, se houver.

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA - OAB/SP 12.018

11.6. - A não apresentação, pelo debenturista, da debênture para resgate, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação referida no item 11.2 supra, será entendida como concordância do debenturista em relação a todas as condições da repactuação formulada pela EMISSORA, passando a vigorar no "período de incidência de prêmio" em questão, para fins de apuração do valor do prêmio, permanecendo válidos todos os termos desta ESCRITURA.

11.7. - As debêntures adquiridas pela EMISSORA na forma do item 11.5 supra poderão ser mantidas em tesouraria, na própria EMISSORA, e também voltar a ser negociadas, a qualquer tempo, no mercado secundário.

12. - Preço de Subscrição:

O preço de subscrição será o valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios e do prêmio estabelecido no Segundo Parâmetro mencionado no item 10.5 supra, calculados exponencialmente **pro-rata temporis** (base 360 dias) desde a DATA DE EMISSÃO até a data da subscrição e efetiva integralização.

13. - Procedimento da Distribuição:


Para a colocação pública das debêntures em mercado de balcão será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. Na colocação, cada investidor deverá subscrever lotes múltiplos de 10 (dez) debêntures, sendo que cada lote será composto de 4 (quatro) debêntures da 1ª série, 3 (três) debêntures da 2ª série, e 3 (três) debêntures da 3ª série. Após a subscrição, as debêntures de qualquer série poderão ser negociadas separadamente no mercado secundário.

14. - Resgate Antecipado Facultativo e Prêmio de Reembolso:

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. O resgate antecipado facultativo poderá ser efetuado, a qualquer tempo, mediante pagamento de prêmio de reembolso de 3% (três por cento) do valor total da emissão, acrescido de juros e prêmio, **pro-rata temporis**, até a data do resgate. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado se dará necessariamente


no primeiro dia útil do mês.

15. - Aquisição Facultativa:



A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios e prêmio, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas em mercado.

16. - Local de Pagamento:




Os pagamentos referentes ao valor nominal das debêntures, juros, prêmio e prêmio de reembolso, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados através do sistema da CETIP, ou na tesouraria da EMISSORA, ou na instituição depositária das debêntures escriturais objeto desta ESCRITURA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

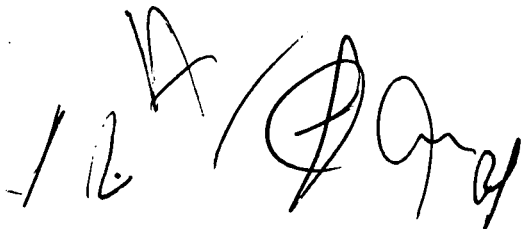
17. - Prorrogação de Prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

18. - Multa e Juros de Mora:



Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de juros remuneratórios e prêmio, conforme item 10 supra, calculados exponencialmente **pro-rata temporis** desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



19. - Decadência dos Direitos aos Acréscimos:

Sem prejuízo do disposto no item 18 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela EMISSORA, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta ESCRITURA, não lhe dará o direito ao recebimento de juros e prêmios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

20. - Vencimento Antecipado:

20.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures em circulação, acrescido dos juros e do prêmio, calculados **pro-rata temporis** por dias decorridos do último pagamento, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA e/ou contra qualquer das ANUENTES, cujo valor global ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA e/ou pelas ANUENTES ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES, se cabível;

(c) falta de cumprimento, pela EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES, de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) decisão(ões) judicial(ais) determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, da EMISSORA e/ou de qualquer das ANUENTES, de valor total superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

(e) futura(s) emissão(ões) de quaisquer valores mobiliários que possa(m) prejudicar de forma substancial o mecanismo alternativo de pagamento previsto no item 23 abaixo - Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, devendo o

AGENTE FIDUCIÁRIO fundamentar seu entendimento; e/ou

(f) privatização, liquidação, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a EMISSORA e/ou qualquer das ANUENTES, que possa(m) prejudicar de forma substancial o integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES nesta ESCRITURA, especialmente o mecanismo alternativo de pagamento previsto no item 23 abaixo - Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO fundamentar seu entendimento.

20.2. - A EMISSORA solicitará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a convocação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da realização da(s) emissão(ões) nos termos descritos no item 20.1.(e) supra, de Assembléia dos Debenturistas para deliberar a respeito da operação pretendida.

20.3. - A Assembléia dos Debenturistas, convocada e realizada nos termos do disposto no Capítulo VII desta ESCRITURA, reunir-se-á para deliberar e aprovar, pelo voto de pelo menos 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, a emissão, ou não, de valores mobiliários que possa prejudicar o mecanismo alternativo de pagamento conforme disposto no item 20.1.(e) supra.

20.4. - O não exercício, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou pelos debenturistas, da faculdade prevista neste item 20, constitui mera liberalidade, não implicando, em hipótese alguma, em renúncia de direitos, novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas nesta ESCRITURA.

21. - Publicidade:

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional.

22. - Vencimento Final:

Por ocasião do vencimento final de cada série, a EMISSORA obriga-se a

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA - GJCC
OAB/SP 73.818

Miriam P. Cuvés O. Zebatto
Assessora da Presidência

12/11/2014

proceder à liquidação das debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal, acrescido dos juros e prêmio referentes ao último "período de incidência de prêmio".

23. - Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório:

23.1. - Sem prejuízo do disposto no item 18 supra - Multa e Juros de Mora, as debêntures e/ou juros e prêmio vencidos e não pagos, pela EMISSORA, nas datas estabelecidas nesta ESCRITURA -- ou seja, (i) nas datas dos respectivos vencimentos finais de cada série, (ii) nas respectivas datas previstas no item 11 supra - Repactuação, ou, ainda (iii) na hipótese de ter sido declarado o vencimento antecipado das obrigações, nos termos do item 20 supra - Vencimento Antecipado -- poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, com poder liberatório, para pagamento de contas de energia elétrica faturadas pela própria EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES, mediante dação em pagamento ou repasse, pelo debenturista, do crédito representado pela debênture e/ou juros e prêmio contra o débito representado pela fatura de energia elétrica cobrada pela EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES.

23.2. - As ANUENTES, por sua vez, também poderão, a qualquer tempo, utilizar as debêntures e/ou juros e prêmio recebidos em dação em pagamento ou repasse, dos debenturistas, para quitação das faturas de energia elétrica cobradas pela EMISSORA, razão pela qual os Contratos para Suprimento e Intercâmbio de Energia Elétrica, Repasse e Transporte da Potência de Itaipú entre a EMISSORA e as ANUENTES, firmados em 28.05.1993 ("CONTRATOS DE SUPRIMENTO"), deverão ser aditados e, após os respectivos aditamentos, ficarão à disposição dos debenturistas com o AGENTE FIDUCIÁRIO. Tendo em vista que os CONTRATOS DE SUPRIMENTO têm prazo de validade limitado, a EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se de forma irrevogável e irretratável a manter em pleno funcionamento, a partir desta data, independentemente do prazo de vigência dos CONTRATOS DE SUPRIMENTO e enquanto não forem resgatadas todas as debêntures emitidas nos termos desta ESCRITURA, o Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório previsto neste item 23, comprometendo-se a celebrar todos os instrumentos necessários para tanto.

23.3. - O cálculo diário do valor unitário da debênture e/ou juros e prêmio vencidos, considerando principal, juros remuneratórios, prêmio, multa convencional e juros de mora, para fins de dação em pagamento ou repasse, referente a todos os dias do mês, para utilização do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, será efetuado pelo Banco Mandatário e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO das debêntures, mediante a utilização do

AND. MARLYN B. DE OLIVEIRA
ADVOGADA - GJCC
OAB/SP 18.018

Miriam R. Cuvas O. Zagotto
Assessora da Presidência

[Handwritten signature]

valor apurado na maior curva do prêmio original, conforme estabelecido no item 10 supra - Remuneração, acrescido de multa não compensatória de 10% (dez por cento), e informado, nessa mesma data, à EMISSORA, às ANUENTES, à CETIP e aos Bancos que compõem a rede arrecadadora em todo o Estado de São Paulo.

23.4. - O cálculo diário a ser efetuado e informado pelo Banco Mandatário e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO das debêntures, conforme mencionado no item 23.3 supra, deverá conter obrigatoriamente, de forma destacada, a indicação da parcela correspondente ao imposto de renda e adicionais que eventualmente sejam devidos pelo debenturista. Tal parcela será descontada do valor total da(s) debênture(s), juros e prêmio vencidos utilizados para dação em pagamento, de modo a permitir que a EMISSORA realize, após a utilização pelo debenturista do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, o devido recolhimento do imposto de renda na fonte e adicionais, nos termos da lei. O disposto neste item 23.4 não se aplica às instituições financeiras, que não são tributadas na fonte nesse tipo de operação.

23.5. - Os Agentes Arrecadadores (entre eles, os Bancos Itaú, Unibanco, BANESPA, Bradesco, Real, Noroeste e Nacional) estão sendo contatados para formalização de aditamentos aos respectivos contratos de arrecadação firmados com a EMISSORA ou as ANUENTES, pelos quais obrigam-se a aceitar, sem ressalvas, o pagamento de contas de energia elétrica nos seus respectivos caixas, mediante utilização do mecanismo de dação em pagamento descrito no item 23.1 supra ou repasse. Cópias dos aditamentos a esses contratos ficarão com o AGENTE FIDUCIÁRIO à disposição dos debenturistas. Não obstante, a EMISSORA e as ANUENTES declaram, neste ato, estar prontas a efetuar, com a mesma finalidade, aditamentos aos contratos firmados com todos os outros bancos integrantes da rede arrecadadora que desejarem participar do mecanismo aqui previsto.

23.6. - Para estabelecer os procedimentos operacionais a serem adotados, pela EMISSORA, pelas ANUENTES e pelos Agentes Arrecadadores, tendo em vista o disposto no item 23.5 supra, os Agentes Arrecadadores (entre eles, os Bancos Itaú, Unibanco, BANESPA, Bradesco, Real, Noroeste e Nacional), a EMISSORA e as ANUENTES estão firmando, nesta data, um documento intitulado "Procedimentos Operacionais a serem adotados pela CESP, CPFL e ELETROPAULO, de um lado, em virtude das Obrigações Contratadas no Capítulo 23 do Instrumento Particular de Escritura de 18.000 Debêntures Simples da Terceira Emissão da CESP - Companhia Energética de São Paulo, especialmente o disposto no item 23.5", documento esse que será registrado no 7º Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, e que passa a fazer parte integrante desta ESCRITURA, produzindo efeitos, na íntegra,

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, de 14/04/2011, p. 10.

[Handwritten signatures]

como se todos os seus termos aqui estivessem transcritos, sendo certo que, entre outros direitos e obrigações, os Agentes Arrecadadores (entre eles, os Bancos Itaú, Unibanco, BANESPA, Bradesco, Real, Noroeste e Nacional) também terão o direito de utilizar debêntures próprias e/ou respectivos juros e prêmio para repasse, à CESP, CPFL e/ou ELETROPAULO, dos valores referentes a contas de energia elétrica que tiverem sido liquidadas por consumidores, nos bancos arrecadadores, independentemente desses valores terem sido pagos pelos consumidores em dinheiro ou cheque.

23.7. - Na hipótese de o valor da(s) debênture(s) e/ou juros e prêmio não ser suficiente para pagamento do valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

23.8. - Por outro lado, no caso de o valor da debênture e/ou juros e prêmio ser superior ao valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista não poderá, naquele momento, utilizar o mecanismo descrito neste item 23, a menos que o debenturista concorde em não receber, de troco, dos Agentes Arrecadadores, a diferença porventura existente entre o valor total da(s) conta(s) de energia elétrica e o valor da debênture e/ou juros e prêmio.

23.9. - A EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se a não concentrar ou limitar os recebimentos de contas de energia elétrica na rede bancária pública estadual ou federal, de forma a garantir que as debêntures tenham sempre liquidez, podendo ser adquiridas por quaisquer instituições financeiras para utilização do mecanismo contemplado neste item 23.

23.10. - A EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se a cumprir o disposto neste item 23 de forma irrevogável, irretratável e a qualquer tempo, outorgando aos debenturistas que futuramente efetuarem o pagamento das contas de energia elétrica mediante dação em pagamento ou repasse, desde já, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem, seja a que título for, para todos os fins de direito.

23.11. - As debêntures recebidas pela EMISSORA, como dação em pagamento ou repasse, dos debenturistas ou das ANUENTES, serão imediatamente canceladas.

IV. - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1. - São também obrigações da EMISSORA, fornecer ao AGENTE

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA GJC
OAB/SP 13.018

Miriam P. Cuvas
Assistente de Administração

FIDUCIÁRIO:

(a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período, devidamente auditadas, por auditores independentes;

(b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, devidamente auditadas, por auditores independentes;

(c) dentro de no máximo 2 (dois) dias úteis após a entrega, à CVM, das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e

(d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

2. - A EMISSORA obriga-se ainda a:

(a) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

(c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias;

(e) não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, juros e/ou prêmio,

Ana Maria G. de Freitas
ADVOCADA - GJC
OAB/SP 13.916

Vilmar
Assessoria da Presidência

relativos às debêntures objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

(f) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instrução CVM nº 202/93;

(g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(h) manter, em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

(i) envidar todos os esforços junto às ANUENTES, AGENTE FIDUCIÁRIO, Rede Arrecadadora, CETIP, Banco Mandatário/Depositário das debêntures escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no item 23 supra - Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório; e

(j) caso venha a emitir ou lançar títulos de compra e venda a termo de energia elétrica, ou outros valores mobiliários que tenham características semelhantes a esta emissão, com condições mais vantajosas em termos de garantia e/ou de funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório previsto no item 23 supra, dar tratamento **pari passu** às debêntures emitidas nos termos desta ESCRITURA.


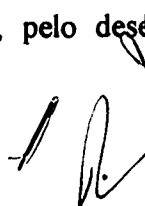
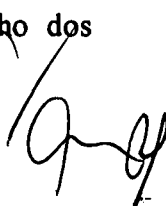
V. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente ESCRITURA, APORTE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., supra qualificado, o qual, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente ESCRITURA, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1. - Remuneração:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá da EMISSORA, pelo desempenho dos

Miriam F. Cury de O. Zagatto
Assessora da Presidência

deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, remuneração global de R\$ 29.310,00 (vinte e nove mil, trezentos e dez reais), a ser paga, pela EMISSORA, em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 01.10.1995 e as demais no dia primeiro dos meses subseqüentes.

2. - Substituição:

2.1. - Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.2. - Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.3. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

2.4. - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

2.5. - A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento desta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

2.6. - O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta ESCRITURA ou do eventual aditamento relativo à sua substituição,

Ana Maria de Freitas
ADVOGADA - CJC
OAB/SP 12.918

MIRIAM F. CUSTODIO ZAGARI
Presidente da Presidência

devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

2.7. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

3. - Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

3.1. - Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o Sr. Oficial do Cartório entrará em contato com a administração da EMISSORA para obter as informações e os documentos que porventura se fizerem necessários;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

(h) verificar a regularidade do funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme previsto no item 23 desta ESCRITURA, devendo intimar a EMISSORA a sanar os problemas eventualmente detectados;

(i) verificar a regularidade da constituição das eventuais garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo intimar a EMISSORA a reforçar a eventual garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

(l) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(m) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA;

(n) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(o) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(o.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(o.2) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;

Ana Maria da Silva
Advogada - GJCO
OAB/SP 73.918

F. Gomes O. Zagatto
Advogado de Defesa

(o.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

(o.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

(o.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros e prêmio das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

(o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(o.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;

(o.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das eventuais garantias das debêntures;

(o.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(p) colocar o relatório de que trata a letra "o" acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(p.1) na sede da EMISSORA;

(p.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(p.3) na CVM;

Ana Maria
ADVOGADA - G. 600
OAB/SP 33.948

Assinado por: George O. Zagatti
Diretor de Procedimentos

(p.4) nas bolsas de valores, quando for o caso;

(p.5) nas instituições que liderarem a colocação das debêntures;

(q) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a disposição nos locais indicados na letra "p";

(r) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

(s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

(t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

4. - Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

4.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar a garantia outorgada, se houver, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

(c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

4.2. - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", do item 4.1 acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

4.3. - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" a "d", do item 4.1 acima se, convocada a assembleia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra "d" do item 4.1 acima.

5. - Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO:

5.1. - A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.2. - O ressarcimento a que se refere o item 5.1 acima, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.3. - As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que

And finally
ADVOCADA - 6J00
025/8P 13.618

Wladimir E. Cuevas O. Zoghbi
Ambassadeur da Presidência

vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.4. - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI. - RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VII. - ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. - Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. - A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3. - Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4. - A assembléia dos debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

5. - Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem

Ana Maria G. de Almeida
Advogada - GICO
OAB/SP 10.016

Milton F. Cuevas O Zagatto
Assessor da Presidência

solicitadas.

6. - Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7. - Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto desta ESCRITURA, com exceção do disposto no item 20.3 supra, dependerão da aprovação de debenturistas que representem a unanimidade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição da unanimidade a que se refere este item, serão excluídas, do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

VIII. - DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extrato desta última, na forma da lei.

IX. - PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela EMISSORA no item 21 supra - Publicações, todas as publicações legalmente exigidas da EMISSORA são e deverão continuar a ser feitas no jornal "Gazeta Mercantil", além de no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

X. - DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

XI. - DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para

Ana Maria G. Queiroz
ADVOGADA - G100
OAB/SP 18.018

Miriam C. Queiroz O. Zagatto
Assessora da Presidência

8. TABELIONATO DE NOTAS DE SAO PAULO
R.3 de Dezembro, 50 Sao Paulo - F.239-03-2
RECONHECO por semelhança as firmas de:
PAULO ROBERTO PASIAN., IZIDORO POLACOW..
SAO PAULO 03 de Outubro de 95
Pago R\$****1,40 EM TEST. DA VERDADE

- 27 -

037030/00757567389267-1

dirimir quaisquer questões oriundas da presente ESCRITURA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Paulo, 29 de setembro de 1995

EMISSORA:

A. Andrea Matarazzo
Presidente
CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

ANUENTES:

Cesare Manfredi
Presidente
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Diretor Econômico-Financeiro
Márcio Colomby Netto
Márcio Colomby Netto
Márcio Colomby Netto
Márcio Colomby Netto

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Paulo Roberto Feldmann
Presidente
ELETROPAULO-ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
SEBASTIAO ALVES FERREIRA SANTOS
Diretor Financeiro
PAULO ROBERTO PASIAN
IZIDORO POLACOW
APORTE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA

Testemunhas:

1. - Francesco Mario Sirangelo

Nome: Francesco Mario Sirangelo

R.G.: 8.983.307

2. - Carlos Kawall Leal Ferreira

Nome: Carlos Kawall Leal Ferreira

R.G.: 7.272.675

SR CARTÓRIO DE NOTAS - CAMPINAS - S.P.
LUIZ TRASSA NETO - TABELÃO

Reconheço, por semelhança, as firmas de: JULIO COLOMBI NETTO e CESARE MANFREDI, as quais conferem com os padrões depositados em cartório.
Campinas, 02 de outubro de 1995.
Em testemunho da verdade.

Rac. Firmas: 1.40/R. Total: 0.00/Total: 1.40